



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

TÂMARA RAMOS DE SOUZA

O lúdico e sua representação Sócio-familiar na Educação Infantil

**Campina Grande - PB
2014**

TÂMARA RAMOS DE SOUZA

O lúdico e sua representação Sócio-familiar na Educação Infantil

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, campus I, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Adalgisa Rasia

Campina Grande - PB

2014

FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

S729I Souza, Tâmara Ramos de.

O lúdico e sua representação sócio-familiar na educação infantil
[manuscrito] / Tamara Ramos de Souza. - 2014.

45 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Adalgisa Rasia, Departamento de
Pedagogia".

1. Lúdico. 2. Educação Infantil. 3. Atividade Lúdica. I.
Título.

21. ed. CDD 372.21

TÂMARA RAMOS DE SOUZA

O lúdico e sua representação Sócio-familiar na Educação Infantil

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba UEPB, campus I, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em 04/05/2014



Prof^a Ms. Adalgisa Rasia
(Orientadora - UEPB)



Prof^a Ms. Joana Darc Pereira de Sousa
(Examinadora - UEPB)



Prof^a Dr^a. Valdecy Margarida da Silva
(Examinadora - UEPB)

Dedico.

A todas as pessoas que fizeram parte da minha vida acadêmica e que de alguma forma contribuíram para meu aperfeiçoamento enquanto profissional.

AGRADECIMENTOS

A DEUS

Por estar sempre presente, seja nos momentos alegres ou difíceis, me encorajando diante das adversidades e tornando-me capacitada para superar quaisquer obstáculos que porventura surgirem durante minha vida.

A meus pais

A vocês que fizeram com que me transformasse na pessoa que sou hoje, muito obrigada.

As minhas irmãs e tias

Por terem convivido comigo em todos os momentos marcantes de minha vida, ajudando-me a conduzi-la de forma certa e coerente dos primeiros passos a vida acadêmica.

Às amigas

A todas, pelas palavras de incentivo e por terem compartilhado comigo todas as minhas ansiedades.

À orientadora

Por ter-me aceito como orientanda, devido às dificuldades que encontrei na realização deste trabalho, foi compreensiva e partilhou comigo seus conhecimentos.

“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim”.

(Chico Xavier)

RESUMO

Foram vários, os caminhos percorridos ao longo dos anos, na construção da garantia e consolidação do direito à educação em particular, o da Educação Infantil. Em nosso país diferentemente dos modelos Europeus, estes só foram adquiridos constitucionalmente em 1988, pois, até então, a educação infantil era vista pelos nossos legisladores de maneira assistencial, não havia a preocupação em educar e sim apenas o cuidar. A partir da construção da Carta Magna, várias outras leis e documentos foram criados na garantia de direitos educacionais para as crianças, como também responsabilizando tanto o Estado para o fornecimento de vagas em instituições apropriadas para essa faixa etária, quanto à família para seu papel social de educar. Esta instituição com o passar dos anos vem perdendo seu caráter de solidez, frentes às adversidades dos conflitos existentes na atual sociedade, resultando na disseminação dos problemas sociais como: desemprego; o alcoolismo; o uso de drogas e marginalização. Acabam influenciando no comportamento das crianças, pois costumam internalizar, o que veem e o que sentem e posteriormente externalizam no ambiente educacional, vindo a comprometer seu desenvolvimento físico e psíquico, fomentando na criação de indivíduos violentos no ambiente educacional, torna-se um grande desafio a ser enfrentado pelo sistema educacional, pois às crianças expõe aquilo o que vivenciam em seus lares, através de brincadeiras no ambiente escolar. Portanto, o presente trabalho monográfico partiu das observações ainda durante o período de estágio supervisionado III e IV, os quais se referem à educação infantil, onde observamos que algumas crianças traziam para escola os problemas já citados, reproduziam este ambiente em suas brincadeiras, gerando assim as reações de agressividade entre seus pares e com as professoras. Nesta perspectiva, realizou-se uma pesquisa, cujo objetivo é verificar o olhar das mesmas, quando o lúdico passa representar os papéis sócio-familiares na Educação Infantil. O lócus da pesquisa foi uma instituição de Educação Infantil da rede estadual de educação, localizada no bairro de São José – Campina Grande – PB. Onde os sujeitos alvo dessa pesquisa foram cinco professoras da pré-escola, pois, entendermos que as professoras por estarem constantemente com as crianças seriam as primeiras a reconhecerem os sinais da representação. A metodologia utilizada para coleta de dados contou com entrevista semiestruturadas e registro (de observação) em diário de campo. Para fundamentação e análise dos dados, contamos com o aporte teórico de Àrier (1981), Kramer (2000, 2006), Saviani (2011), Vygotsky (1984, 1998, 2007), Miotto (1997), Wajskop (2007), Scoz (1994), Rizzini & Pilotti (2011), Rocha (2000), Luckesi (1994), Kishimoto (1997, 2002), dentre outros.

Palavras-chave: Lúdico, Representação e Educação Infantil.

LISTA DE SIGLAS

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

IPAI – Instituto de Proteção à Infância

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

LISTA DE TABELAS

1ª TABELA – Questão 1	34
2ª TABELA – Questão 2	35
3ª TABELA – Questão 3	36
4ª TABELA – Questão 4	37
5ª TABELA – Questão 5	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I CAPÍTULO: CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL	12
1.1 Construção da Infância e da Identidade Educacional ao Longo dos Tempos	12
1.2 A Trajetória da Educação Infantil no Brasil	16
II CAPÍTULO: A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO LÚDICO DA CRIANÇA	22
III CAPÍTULO: BRINCADEIRA QUANDO DEIXA DE SER LÚDICA E PASSA A REPRESENTAR OS PROBLEMAS SÓCIO-FAMILIARES	26
3.1 Desenvolvimento da Criança através da Brincadeira.....	26
3.2 As Brincadeiras e as Possíveis Representações dos Problemas Sócio- familiares	28
IV CAPÍTULO: PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	31
4.1 Contextualização	31
4.2 Sujeitos	31
4.3 Coleta de Dados	32
4.4 Análise dos Dados	33
V CAPÍTULO: RESULTADOS E DISCUSSÕES	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	42
APÊNDICE	45

Introdução

A educação está presente na sociedade desde seu surgimento, não da forma que temos hoje, pois a mesma passou por diferentes etapas ou ciclos ao longo da história. Já o tratamento dado às crianças não seguiu o mesmo parâmetro, pois nos primórdios nem sequer tinham direito de se instruir e eram consideradas como folhas em branco, devido a uma suposta falta de conhecimentos que só seriam adquiridos no seio da escola, cabendo ao professor guiá-las e moldá-las. Como vemos, a história da educação se entrelaça com o desenvolvimento das sociedades que em seu bojo disseminam os problemas que até então só ocorriam nas famílias.

Em nosso caso, a questão educacional foi sempre condicionada por valores autoritários que presidiram as relações sociais brasileiras, com seu padrão de educação excludente e seletivo, que acaba por negar ainda hoje o direito básico da educação a grande parte da população, pois, segregam espaços nos quais os indivíduos estão inseridos, ocasionados pela má distribuição de renda, gerando um ambiente que faz eclodir reações até então vividas apenas no berço das famílias no ambiente escolar, através da representação dos problemas sócio-familiares, como desemprego, alcoolismo, uso de drogas, marginalização, entre outros.

Por muito tempo, o ato de educar as crianças foi atribuído à família, por tratar-se do primeiro referencial que as crianças tinham a ser seguido e posteriormente se concretiza no ambiente educacional, só que nas últimas duas décadas esta ordem vem se alterando, tanto a família quanto a vida em comunidade se projeta como um lugar perigoso e insalubre, mediante as relações de agressividade dos sujeitos e de suas condutas, consideradas indesejáveis, que acabam por gerar um ambiente agressivo, comprometendo o desenvolvimento físico e psíquico das crianças e fomentando a criação de indivíduos violentos no ambiente educacional, o que acaba sendo, um grande desafio a ser enfrentado pelo sistema educacional, pois as crianças expõem aquilo que vivenciam em seus lares, através de brincadeiras no ambiente escolar.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tem como objetivo verificar a influência do lúdico e sua representação sócio-familiar na educação infantil, devido as observações que foram feitas, ainda durante o período de estágio supervisionado III e IV referentes à educação infantil, onde pudemos observar que algumas crianças traziam para escola problemas sócio-familiares, como: desemprego; o alcoolismo; o uso de

drogas; marginalização, etc., reproduzindo estes ambientes em suas brincadeiras, gerando, assim, as reações de agressividade entre seus pares e com as professoras.

Para realização deste trabalho, partimos do olhar que as mesmas tem sobre a temática, por entendermos que por estarem constantemente com as crianças, seriam as primeiras a reconhecerem os sinais da representação, podendo vir através de brigas, xingamentos e posições de autoritarismos nas brincadeiras. A partir daí, buscaremos as respostas para as questões norteadoras de nosso estudo, como identificam nas brincadeiras as possíveis representações de problemas anteriormente citados, provavelmente vividos nos lares destas crianças ou em seu convívio social, e que acabam por influenciá-las no ambiente escolar, bem como a forma pela qual a escola vem trabalhando com as crianças quanto com as famílias mais problemáticas.

Dividimos o presente trabalho em capítulos. No primeiro, apresentamos uma perspectiva histórica acerca da construção da infância e da identidade educacional ao longo dos tempos e da trajetória da educação infantil no Brasil.

No segundo capítulo, relatamos a participação da família no desenvolvimento lúdico da criança e como a escola vem enfrentando os problemas sócio-familiares trazidos pelas crianças ao ambiente escolar, devido aos conflitos da sociedade atual.

No terceiro capítulo, analisamos a relação da brincadeira no desenvolvimento da criança, e, quando esta deixa de ser lúdica e passa a representar os problemas sócio-familiares.

Apresentamos os percursos metodológicos definindo os instrumentos de coleta e em seguida o discurso e análise dos dados junto às professoras no trabalho com as crianças que enfrentam tais problemas, o que faremos à luz de estudiosos da área da Educação Infantil, da Psicologia e das Ciências Sociais, como : Àrier (1981), Kramer (2000, 2006), Saviani (2011), Vygotsky (1984, 1998, 2007), Mito (1997), Wajskop (2007), Scoz (1994), Rizzini & Pilotti (2011), Rocha (2000), Luckesi (1994), Kishimoto (1997, 2002), dentre outros.

Por último, através da análise e interpretação dos resultados e discussões obtidas a partir das entrevistas, realizamos considerações acerca do estudo, destacando sua relevância e as possíveis contribuições para segmentos que estejam envolvidos com a temática.

I CAPÍTULO

CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 Construção da Infância e da Identidade Educacional ao Longo do Tempo.

A infância e a educação se entrelaçam em certo momento da história, não ocorrendo de forma linear nem homogênea, mas com o passar dos anos foram se modificando, devido às características particulares de cada sociedade.

Na sociedade antiga, em particular a Grécia, foi a primeira se organizar em clãs patriarcais e a educação no primeiro momento só era oferecida para os homens ricos da cidade, sendo promovida pelas famílias, que acabavam disseminando tanto uma educação dual entre (ricos e pobres) e de gênero, (os meninos eram educados pelos seus tutores, os senhores mais velhos ou aqueles considerados sábios, que recebem o nome de pedagogos, seriam os responsáveis por passarem os ensinamentos da filosofia, da aritmética, da retórica, da geometria, da astronomia) mas, muitas vezes ficaria apenas no mundo das ideias, pois, o que queriam eram homens preparados para a guerra. As meninas eram educadas por suas mães, bastavam-nas apenas saberem como cuidar do lar.

A sociedade medieval centralizava-se na economia feudal e nas propriedades rurais, bem como na igreja e no império. Nesse período, a infância ainda não tinha o sentido que tem hoje, pois as crianças eram vistas como adultos em miniaturas, ou seja, a fase de ser criança duraria até o seu desmame, o que ocorria por volta dos sete anos. Conforme Áries (1981), no decorrer da Idade Média, “a duração da infância era reduzida ao seu período mais frágil e [...] mal a criança adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos.” (pag.10). Naquela esta época, já havia um conceito formado sobre a infância, mas não sobre sua importância, o que conseqüentemente resultaria na falta de conhecimento sobre a mesma. “[...] embora as crianças não fossem desprezadas ou negligenciadas, não havia, na sociedade ocidental, consciência da particularidade infantil, essa particularmente que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem”. (p.156). As crianças eram vistas como diferentes dos adultos apenas no tamanho e na força. Neste mesmo período, a autoridade da igreja é reforçada, pois é a partir dela que os colégios são criados como instituições educacionais, o ensino era desenvolvido em pequenas salas, pois era para poucos, só os filhos dos nobres estudavam, e boa parte da população era analfabeta.

Com o fim do feudalismo, surge a Idade Moderna, centrada na sociedade burguesa e no capitalismo, começa-se a se pensar em separar as fases do desenvolvimento humano e a construir um conceito de infância. É a partir daí que surge a preocupação com a educação formal. A escola passou ser responsável pelo processo de formação das crianças, devido o surgimento das escolas populares e com elas as primeiras participações femininas responsáveis por educar as crianças fora de suas casas. Estes lugares eram chamados de internatos e posteriormente externatos. Cada criança passa a ser separadas por idade, desenvolveram-se também espaços para o estudo das ciências e das técnicas. Desvinculou-se a ideia de que a criança era um ser em miniatura. Assim que pudesse realizar algumas tarefas, eram inseridas no mundo dos adultos, sem nenhuma preocupação em relação a sua formação enquanto um ser específico, sendo exposta a todo tipo de experiência, pois, as famílias daquela época tinham apenas como missão a conservação dos bens, a prática de um ofício e a ajuda mútua quotidiana. Mas, acaba vinculando o lema de que a criança era um papel em branco, cabendo ao professor guiá-los e moldá-los. A aprendizagem das crianças, que antes se dava apenas na convivência com os adultos em suas tarefas cotidianas, agora é a escola a responsável por esta. Borges (1987, p.3), afirma que:

”A pré-escola, nesse caso, é um recurso benéfico, enquanto se propõe a ser um ambiente intermediário, entre o lar e a escola, no período de vida em que a personalidade começa a se formar. Cabe ao professor proporcionar um ambiente agradável que facilite a adaptação da criança, nesse primeiro contato com a escola, demonstrando que gosta dela e se interessa por ela, uma vez que a transição dá um impacto muito grande e, por isso mesmo, exigirá, tanto do professor como dos pais, grande compreensão e paciência”.

Mas, vale salientar que toda esta mudança era em prol da sociedade burguesa, pois para os filhos do proletariado continuava o mesmo, não havia naquela época o sentido que a educação tem hoje, de ser reconhecida como um direito de todos, mas de uma minoria privilegiada, onde se propagou um conceito de infância e de que todas as crianças fizessem parte, só que quando olhamos para a revolução industrial, percebemos que as crianças foram exploradas tão quanto nas outras sociedades, sendo consideradas mão de obra barata pela indústria, mas é neste mesmo cenário que se intensifica a criação das creches para os filhos das mulheres operárias.

É importante destacar que diferentes instituições de Educação Infantil foram criadas no final do século XVIII e por todo a século XIX. As primeiras iniciativas ocorreram por volta de 1767, na França, de cunho assistencial, fundada pelo Padre Jean Frederick Oberlin, para atender as necessidades educativas, através da chamada Escola

Tricô, que selecionava educadoras para trabalharem com as crianças que chegavam a partir dos dois anos de idade. Dentro dessa escola ensinava-se trabalhos manuais, exercícios de ginástica, desenvolviam a linguagem oral e vocabulário. As crianças tinham as primeiras noções de moral e religião. Esse modelo não deu certo, pois se diferenciava do modelo francês existente na época por não intensificar o processo de leitura e escrita.

Em 1816, surge na Escócia a Escola Infantil de Robert Owen, que tinha como objetivo cuidar e educar as crianças pobres filhos de operários do moinho da cidade de New Lanark. Era organizado em três níveis: o 1º era a escola infantil para crianças de 3 a 6 anos; o 2º atendia crianças de 6 a 10 anos (Escola Ativa); e o 3º era oferecido durante a noite e atendia alunos dos 10 aos 20 anos (Curso Noturno).

O período da Idade Moderna ficou consagrado por representar as primeiras tentativas de se efetivar os direitos educacionais, pois para os pensadores desta sociedade, cada um poderia usufruir desse aprendizado. Dentre os vários destacamos: Rousseau, Pestalozzi e Froebel. Utilizaram de uma pedagogia voltada para pré-escola, considerando-a como uma fase importante para o desenvolvimento da criança.

Rousseau (1712-1778), de todos os pensadores, foi sem dúvida o mais importante, pois compreendeu que as crianças não poderiam serem mais vistas como adultos em miniaturas, pois “era um ser com características próprias, não só as suas ideias, mas também seus interesses e suas vestimentas tinham de ser diferentes das dos adultos”. (NICOLAU, 2013, p.181). Mesmo com sua pedagogia tradicional, pois,

“A partir de Rousseau, a infância ganha em valorização e reconhecimento como uma época peculiar na vida do homem, mas, ao mesmo tempo a criança é vista como um “recipiente”, como alguém incapaz de conviver socialmente por não ser dotado de raciocínio e, portanto, de julgamento de suas ações e das ações dos outros”. (Muniz apud KRAMER, 1999, p.246).

Já Pestalozzi (1746-1827), foi um forte defensor da educação pública. Para ele, esta deveria se organizar nos moldes de um lar organizado, pois os sentimentos tinham o poder de despertar o processo de aprendizagem, “por isso a escola deveria ser uma extensão do lar com o intuito de promover uma atmosfera de segurança e afeto. Acreditava que através da educação as precárias condições de vida do povo poderiam mudar”. (SILVA & GUIMARÃES, 2011, p. 03).

Em 1873, na Alemanha, Fröebel, foi um dos primeiros educadores a considerar o início da infância como uma fase de importância decisiva na formação das pessoas, tanto é que cria o conceito de Jardim da Infância (*Kindergartens*) e passa a formar professores e elaborar métodos baseados em filosofia religiosa (Homem-Natureza-

Deus), devido sua tendência naturalista. Para ele, a criança é como uma planta em sua fase de formação, exigindo cuidados periódicos para que cresça de maneira saudável, ou seja, os adultos deveriam respeitar sua evolução, que acontece espontaneamente. Essa sociedade chama atenção para o papel social da escola e da família na valorização do sentimento de infância. Trata-se de uma “tendência romântica, a pré-escola é um jardim, as crianças são flores ou sementes, a professora é a jardineira. A educação deve favorecer o desenvolvimento natural”. (KRAMER, 2006, p.26). No mesmo período, surge na Inglaterra através das irmãs Rachel e Margaret McMillan, a educação pré-escolar, destinada aos filhos dos operários das fábricas, onde as crianças desde pequenas recebiam uma educação apropriada, aliada a uma boa alimentação, pois a grande maioria vivia nos subúrbios londrinos, em lugares com péssimas condições de vida.

Na Sociedade Contemporânea, os primeiros anos trouxeram resquícios de uma educação aliada ao assistencialismo, mas também se começou a procurar a emancipação de direitos. Surge no começo do século XX, o movimento da Escola Nova, nos Estados Unidos, idealizado por John Dewey. Trata-se de uma visão renovada, pois se opõe a educação tradicional, uma vez que coloca o aluno no centro do estudo e o professor como um facilitador interagindo com os alunos. Esta prática de ensino se estendeu por toda Europa. Na Itália, Maria Montessori (1870-1952), através de seu método que tinha como objetivo as atividades motoras e sensoriais, visando especialmente, a educação pré-escolar, o trabalho também era estendido à segunda infância. Maria Montessori criou a *Casa de Bambini*, fundada em 1907, e sua pedagogia utilizava brinquedos, buscando na autoeducação o desenvolvimento do aluno. Conforme Kramer (2006, p.28):

Tais materiais são descontextualizados e criados artificialmente, ao invés de se usar objetos e situações reais, e oferecem, ainda, o risco de mecanização da atividade infantil. Por outro lado, o “silêncio” e a “autodisciplina” representam de certa forma, estratégias camufladas de autoritarismo do adulto sobre a criança.

O movimento da Escola Nova também se consolida na Bélgica através de Decroly (1871-1932), o qual pensava que a educação deveria educar para a vida. A sala de aula não se dava por um lugar fixo, uma vez que para esse autor, o ato de aprender se dava em todos os lugares, tinha como “pressuposto básico postulava que a necessidade gera o interesse – fator primordial que levaria o aluno ao conhecimento. O conhecimento do meio viria para satisfazer essas necessidades – daí surgem os “centros de interesse, onde

a criança passava por três momentos: o da observação, o da associação e o da expressão”. (KRAMER, 2006, p.26).

Durante o período das duas Grandes Guerras, surge a garantia de direitos para àqueles cidadãos até então sem voz, isto fica nítido com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, estabelecendo as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem em certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos, e posteriormente em 1989, com a Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da Criança. A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança, como sendo Carta Magna para as crianças de todo o mundo, em 20 de novembro de 1989. A Convenção sobre os Direitos da Criança é o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal, sendo ratificado por mais de 193 países incluindo o Brasil, onde o direito à educação, bem como o acesso e a permanência na escola tem sido garantido tanto na Constituição Federal de 1988, quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/ 1990).

1.2– A Trajetória da Educação Infantil no Brasil

O processo da implementação do sistema educacional diferenciou-se ao longo dos anos, bem como a construção e a consolidação da educação infantil, a qual se divide em dois grandes momentos: No Primeiro, fase marcada por um caráter político assistencial (desigualdade, segregação, ausência de políticas educacionais) e no segundo, marcado por uma política de direito à educação.

No processo de colonização, a coroa portuguesa implementou sua dominação político-religiosa, marcada pelo acultramento da população e a catequização dos povos indígenas, difundindo assim os costumes europeus e cristãos, bem como destacava-se por ser elitista. O que se via não era uma educação, e sim uma doutrina desenvolvida pelos jesuítas, tendo como intuito, o de catequizar os povos indígenas “selvagens”, roubando-lhes sua maior riqueza, sua identidade cultural, fazendo destes, meros fantoches, facilmente manipulados. Trata-se, portanto, de um método de

“ensinar e explicar a doutrina cristã aos índios e africanos reunidos em um lugar, batizar, ouvi-lhes as confissões, separá-los das concubinas e sujeitá-los às leis do matrimônio: o que nesta província é trabalho quotidiano, necessário e utilíssimo à salvação das almas”. (Anchieta apud RIZZINI & PILOTTI, 2011, p.162).

Os jesuítas, permaneceram como mentores da educação brasileira durante duzentos e dez anos, até 1759, quando foram expulsos, devido à reforma Pombalina no século XVIII, que defendia um fortalecimento das políticas portuguesas frente a outros países, onde foram criadas algumas escolas régias, destinadas a educação das crianças da elite. Com a independência do Brasil, D. Pedro I, foi levado a tomar uma série de medidas que garantiam “a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem como base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, garantindo também a todo o cidadão, a instrução primária gratuita” (BRASIL, 1824, Art. 179). O que acabou gerando uma contradição, uma vez que a educação seria para a elite oligárquica, não havendo ainda, uma visão de uma educação para todos.

As primeiras tentativas de organização de creches deram-se ainda no período imperial, na forma de asilos e orfanatos, que eram para o assistencialismo, pois até aquele tempo estas instituições funcionavam como abrigo para crianças abandonadas ou órfãs, as chamadas *Rodas dos Expostos*¹, que predominou até meados do século XX. Não havia a preocupação de educar, mas de esconder da sociedade os filhos ilegítimos.

Conforme Rizzo (2003, p. 37):

Numa sociedade patriarcal, a ideia era criar uma solução para os problemas dos homens, ou seja, retirar dos mesmos a responsabilidade de assumir a paternidade. Considerando que, nessa época, não se tinha um conceito bem definido sobre as especificidades da criança, a mesma era [...] concebida como um objeto descartável, sem valor intrínseco de ser humano.

Vale salientar que nessa época, a questão do abandono de crianças estavam também ligadas tanto as famílias pobres quanto às mães solteiras da alta sociedade. No primeiro caso, as famílias pobres, tinham como única preocupação a questão da sobrevivência, o que acabava levando ao abandono das crianças, e ao mesmo tempo a fuga de seus lares, devido aos maus tratos como eram tratadas, acabavam-nas deixando seus lares e indo viver nas ruas. O segundo caso, podemos dizer que foi central na criação das instituições, visto que “[...] eram sempre filhos de mulheres da corte, pois somente essas tinham do que se envergonhar e motivo para se descartar do filho indesejado” (RIZZO, 2003, p. 37). Durante o mesmo período, surge os Jardins de Infância, que em nosso país não possuía um caráter educativo, mas pretendia exercer o papel de moralizador e higienista. O primeiro no Brasil tratava-se de uma instituição particular, desenvolvida pelo médico Menezes Vieira, fundado em 1875 e atendia

¹ Trata-se de um cilindro giratório que havia nas Santas Casas, permitindo que as crianças fossem colocadas de fora sem que fosse vista de dentro e assim eram recolhidas pela instituição. A primeira foi criada na Bahia em 1726 e a última extinta nos anos cinquenta do século XX.

crianças do sexo masculino de 3 a 6 anos de idade, em atividades relacionadas à ginástica, pintura, ao desenho, ao exercício da linguagem dos cálculos, escrita, leitura, geografia e religião. O jardim de infância público só irá surgir em 1896.

A partir da Proclamação da República de 1889, o Estado torna-se laico, e as atividades destas instituições se expandem para a iniciativa privada, devido o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. A criação das instituições filantrópicas, visava assistir as crianças que ficavam privadas dos cuidados maternos devido ao trabalho das mães, tendo como principal objetivo, evitar o abandono das mesmas por seus responsáveis. Para alguns membros da sociedade, tornava-se necessário educar as massas, para estes a educação apresentava-se como um poderoso instrumento de moralização e de adestramento para o trabalho, a partir dos valores predominantes na sociedade da época, que começava a impor a utilização do trabalho livre, devido à abolição da escravatura. Neste período, tanto as Santas Casas quanto as Câmaras Municipais passaram a cobrar impostos das famílias abastardas, já às crianças pobres que eram deixadas ou abandonadas tinha como destino o trabalho precoce.

Podemos dizer, que neste momento surge uma reprodução da imagem da pobreza como sendo uma ameaça social a ser controlada, portanto estas instituições teriam como função o de apaziguar as relações entre o Estado e a classe dominante. A partir daí, começa haver uma mudança no sentido do “deixar as crianças”.

Conforme, nos auxilia DIDONET (2001, p.13):

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança.

Tanto a creche quanto o jardim de infância tiveram seus papéis reforçados a partir de 1899, através de medidas de proteção pelos poderes jurídico-policia, quando se cria o Instituto de Proteção à Infância, na cidade do Rio de Janeiro (IPAI-RJ), pelo médico Arthur Moncorvo Filho. O instituto defendia as crianças abandonadas, mulheres grávidas, assistência aos recém-nascidos, distribuía leite, vacinação e higiene. E posteriormente em 1919, o Departamento da Criança, que tinha como objetivo, o de fiscalizar as instituições de atendimento à criança e combater a maneira precária com que eram cuidadas. Outro ponto importante, foi o movimento higienista, que pretendiam combater os altos índices de mortalidade infantil.

Até esse momento a ideia de educação infantil ainda não estava bem incorporada no país. A mesma começou a ganhar espaço devido à participação da mulher no mercado de trabalho, ainda durante a metade do século XX, e corpo, a partir da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), através da lei 4.024/61. Seguem alguns artigos referentes à educação infantil:

Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância.

Art. 24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária. (BRASIL, 1961).

Como vemos, incluíram-se os maternas, jardins de infância e pré-escola ao sistema de ensino, só que neste tempo, não havia por parte dos representantes legais do sistema de ensino o sentido de educar as crianças, o que havia era apenas um atendimento assistencialista.

O primeiro passo para a reformulação do sentido que se tem hoje sobre a Educação Infantil foi, sem dúvida, uma mudança no comportamento da sociedade a partir dos anos 80, devido ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, buscando sua emancipação econômica e da consolidação dos direitos adquiridos por documentos oficiais, sendo o mais importante, o da Constituição Federal de 1988:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (BRASIL, 1988).

A mesma Constituição, ainda estabelece que o atendimento da Educação Infantil (creche e pré-escola) é dever do Estado e de competência dos Municípios, pois até então, a concepção que se tinha sobre a creche era aquela cujo objetivo era o de atender exclusivamente às crianças de baixa renda. O direito à educação infantil também se encontram assegurado por outras Leis e normas específicas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069 de 1990), Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96). Com este novo cenário, o governo brasileiro vê a necessidade de aumentar o número de vagas e garantir a educação para toda a população.

Portanto, a educação infantil no Brasil, está compreendida entre a creche e a pré-escola, para crianças de 0 a 6 anos, mas nem sempre foi assim, esta mudança se deu precisamente com a criação da nova (LDB – 9394/96), que diz:

Art.29 - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Diante deste cenário, o governo foi forçado a aumentar o número de vagas e incorporar a modalidade da educação infantil. A partir da constituição de 1988, esta passou a ser um direito da criança, e um dever tanto da família quanto do Estado.

A educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica, longe do período assistencialista, que visava apenas o cuidar, hoje ela possui um caráter educativo, visando garantir assistência, alimentação, saúde e segurança, trazendo benefícios sociais e culturais para as crianças. Caracteriza-se como espaços institucionais não domésticos, que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados, que educam e cuidam de crianças no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. Cabe à educação infantil, estimular as crianças em atividades que exercitem suas capacidades motoras e cognitivas, facilitando assim, o processo de alfabetização.

Segundo a Lei Diretrizes e Base da educação Nacional, através da lei 9.394/96, determinou-se que no período de três anos, a contar de sua sanção, todas as creches deveriam passar a administração educacional, o que as transformariam-nas em responsabilidade das instituições de educação, fazendo com que as creches e pré-escolas sejam a primeira etapa da educação básica, tendo como objetivo maior, estabelecer os fundamentos para os níveis posteriores de escolarização.

Hoje, a Educação infantil considera as crianças como seres sociais, com suas características próprias, em termos de histórias de vida, origem, linguagem, hábitos, costumes e valores. Se compromete com o desenvolvimento da autonomia, criatividade, responsabilidade, espírito de cooperação e solidariedade, numa integração com a família, para que cada criança seja, de fato, inserida no contexto social e educacional. Pois Kramer (2006, p.15) afirma que:

“Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mais que estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância”.

Portanto esta relação de cidadania, está intrinsecamente ligada aos conteúdos ministrados na Educação Infantil. O currículo, baseia-se na concepção de que a construção da identidade e autonomia da criança é gradativa, e está relacionada ao conhecimento, desenvolvimento e a interação das crianças com os adultos e com as próprias crianças.

Neste sentido, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), cria o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), documento criado em 1998, que retrata de uma maneira geral a função da educação infantil na vida da criança no espaço escolar, diferente dos demais níveis de ensino, pois envolve duas funções inseparáveis: educar e cuidar. Conforme o RCNEI, o educar propicia situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, onde o cuidar, é sobretudo, dar atenção a criança como pessoa, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. E o brincar, nada mais é do que apropriar-se de elementos da realidade atribuir-lhes novos significados. (BRASIL, V1, 1998). O mesmo referencial, assegura-se tanto a construção de uma proposta pedagógica, onde os conteúdos passam a serem definidos de acordo com cada idade e nos âmbitos de experiências na Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo, que se constitui a partir dos seguintes eixos Identidade e autonomia, Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática. Promovendo a construção da identidade, da autonomia e da interação das crianças com os adultos e com as próprias crianças, a fim de orientar sobre os aspectos mais importantes para um atendimento de qualidade, como também caracteriza o perfil do profissional na Educação Infantil.

II CAPÍTULO

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO LÚDICO DA CRIANÇA

Evidenciaremos neste capítulo, as transformações familiares e sociais que podem apresentar-se como um local desafiador para as crianças e seu desenvolvimento. Não nos deteremos em uma análise histórica, mas analisaremos as relações entorno da questão (sociedade-família-escola). Sabemos que não é simples e muitas vezes torna-se uma relação conflituosa, devido a diversidade cultural, presentes em nossa sociedade que influencia tanto na composição da família, quanto no processo educacional em que a criança está inserida.

Entendemos a sociedade como sendo um conjunto de indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades, com padrões culturais próprios. Deriva-se do latim *Societas*, que significa (associação amistosa com outros), abrangendo a família, a escola e a comunidade, que convivem de forma organizada. A família, por sua vez, trata-se da unidade da sociedade, e é formada por indivíduo ligado por laços sanguíneos ou afetivos. Origina-se do latim *Famulus* (significa servo ou escravo), ou seja, nas civilizações Greco-Romanas, a formação familiar não se baseava em condições naturais, mas sim, em questões econômicas. A escola é um espaço para construção da cidadania, onde haja um convívio harmonioso entre os sujeitos. O termo, vem do latim *schola*, refere-se ao estabelecimento onde se dá instrução. Trata-se de um sistema local de aprendizagem e de formação, onde são desenvolvidas estratégias no sentido de assegurar uma formação geral a todas as crianças, que garanta o desenvolvimento das suas capacidades, e aptidões conforme os valores de uma sociedade.

Mas nem sempre essa tríade aconteceu de forma homogênea. Um grande exemplo é a família que sofreu e sofre influência (sociais, políticas, econômicas e culturais) de cada época por qual passou a humanidade, o que acabou ocasionando mudanças nos papéis e nas relações em seu interior, mas, esta continua sendo a unidade central e essencial para a existência da vida coletiva. Conforme Miotto (1997, p.128):

“A família é uma instituição social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a sociedade na qual está inserida. Isto pressupõe compreender as diferentes formas de famílias em diferentes espaços de tempo, em diferentes lugares, além de percebê-las como diferentes dentro de um mesmo espaço social e num mesmo espaço de tempo”.

Sendo assim, podemos afirmar que o ato de educar, o indivíduo aprende primeiramente no seio familiar, por ser o seu primeiro referencial, e posteriormente se concretiza no ambiente educacional, onde ele irá apreender e aprimorar seus conhecimentos para seu futuro.

Por muitos anos, utilizou-se do seguinte conceito para designar o que viria a se chamar de família, como sendo (o conjunto de pessoas que possuem grau de parentesco entre si e vivem na mesma casa formando um lar, constituída pelas respectivas figuras (do pai, da mãe, unidos por matrimônio e por um ou mais filhos). Esse conceito recebia a denominação de família nuclear, que são resquícios de uma sociedade patriarcal consolidada durante o século XVIII, onde o pai era o provedor, e a mãe a que cuidava da família. Essa representação tinha por missão a conservação dos bens, a prática comum de um ofício e a ajuda mútua cotidiana.

Esse tipo familiar tende a mudar a partir do século XX devido a vários fatores, um deles foi à participação da mulher no mercado de trabalho, conquistando conquistou vários direitos, dentre eles o de assumir a tarefa de provedora do lar. Mas, de certa forma, deixa uma lacuna na formação de seus filhos, pois as crianças passam muito tempo no convívio com pessoas estranhas ou próximas a elas, o que acaba gerando nelas uma referência a ser seguida, mas em contrapartida, tem grandes chances de serem agredidas por essas mesmas pessoas. É a partir da promulgação da Constituição Federal 1988 que esse cenário tende a mudar, devido à formação de grupos sociais que passaram a lutar pelos direitos dos sujeitos até então sem voz e vez na sociedade. Um destes, os direitos das crianças, onde a Carta Magna estabelece as responsabilidades por parte do Estado e da Família pela educação das crianças.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Outro ponto importante, vem a partir da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que ocorreu em 1989, o que acabou gerando em nosso país, na promulgação da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual introduziu uma série de mudanças no trato dado à questão da infância no Brasil, onde a proteção passa a ser integral, enfatizando o dever da

família, do Estado e da sociedade em zelar pelo cumprimento dos direitos. Destacamos os seguintes artigos:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

(BRASIL, 1990).

No texto constitucional assegura-se o respeito ao princípio da dignidade humana, mediante o surgimento de novos arranjos familiares, devido às mudanças que veem ocorrendo na sociedade, hoje podemos vislumbrar (a união de família de pais divorciados; produção independente; família homoafetiva; avós que criam os netos, etc.). Portanto, a família é a instituição responsável por promover a educação dos filhos, onde os valores morais e sociais são transmitidos, os quais servirão de base para o processo de socialização da criança.

Segundo Miotto (1997, p. 117):

Nesse processo de construção, a família pode se constituir no decorrer de sua vida ou em alguns momentos dela, tanto num espaço de felicidade como num espaço de infelicidade. Tanto num espaço de desenvolvimento para si e para seus membros, como num espaço de limitações e sofrimentos.

Na atualidade, tanto a família, quanto a vida em comunidade têm se projetado como um lugar perigoso e insalubre, mediante as relações de agressividade dos sujeitos e de suas condutas consideradas indesejáveis, que acabam por gerar um ambiente agressivo, comprometendo o desenvolvimento físico e psíquico das crianças, fomentando a criação de indivíduos violentos no ambiente educacional.

Entendemos, que são vários os desafios a serem enfrentados pela educação, pois as crianças trazem para a escola, as relações sócio-familiares que estão vivenciando em seus lares, como (o desemprego; o alcoolismo; o uso de drogas; a marginalização, etc.) e por questões peculiares da família, que afetam as crianças em suas relações escolares, uma vez que a família tem duas funções principais: a social de reprodução; de manutenção econômica e a psicológica, garantindo a afetividade e a segurança.

Portanto, quando esta instituição deixa de cumprir seu papel, abre espaço para que o “meio”, ou seja, o ambiente em que as criança estão inseridas, torna-se um referencial a ser seguido, pois as mesmas acabam ficando expostas aos problemas já citados e os internalizam, e quando tem oportunidade de externalizar acabam

disseminando em nas brincadeiras e nas suas relações escolares, mesmos que estejam em idade pré-escolar.

Segundo Bock & Texeira (1999, p. 120):

Na educação primária, a família é responsável pelo modelo que a criança terá em termos de conduta no desempenho de seus papéis sociais e das normas e valores que controlam tais papeis. Assim a menina terá um forte exemplo na sua própria mãe de como é uma mulher no seu desempenho social, e o mesmo ocorre com o menino em relação ao seu pai. Os pais também controlam explicitamente o comportamento de seus filhos para que eles tenham um desempenho considerado adequado em termos dos padrões sociais.

Salientamos, que de acordo com os psicólogos, para que uma criança tenha um desenvolvimento tanto cognitivo quanto físico, é preciso que esta tenha um ambiente familiar harmonioso, onde exista confiança, segurança, afeto, proteção e compreensão além de todo apoio necessário na resolução de conflitos ou problemas de algum dos seus membros. Pois, “A influência familiar é decisiva na aprendizagem dos alunos. Os filhos de pais extremamente ausentes vivenciam sentimentos de desvalorização e carência afetiva, gerando desconfiança, insegurança, improdutividade e desinteresse, sérios obstáculos à aprendizagem escolar”. (SCOZ, 1994, p.171).

Sendo assim, o ambiente em que as crianças estão expostas poderá apresentar-se como um espaço perigoso e violento, mediante as relações dos sujeitos envolvidos que acabam comprometendo o desenvolvimento físico e psíquico das crianças gerando reações agressivas que são trazidas para dentro do espaço educacional. Portanto, entendemos que a escola tem papel estratégico na identificação dos casos anteriormente relatados, sendo de fundamental importância o encaminharem as crianças para profissionais adequados e estabelecer diálogo com aquelas famílias mais problemáticas, para que, de alguma forma, possa intervir naqueles problemas, além de promover também, uma capacitação entre as professoras para que possam compreender e dar o apoio que as crianças necessitam, uma vez que, “o contato com a família pode trazer informações sobre fatores que interferem na aprendizagem e apontar os caminhos mais adequados para ajudar a criança. Também torna possível orientar os pais para que compreendam a enorme influência das relações familiares no desenvolvimento dos filhos”. (SCOZ, 1994, p.173).

III CAPITULO

BRINCADEIRA QUANDO DEIXA DE SER LUDICA E PASSA A REPRESENTAR OS PROBLEMAS SÓCIO-FAMILIARES.

3.1 – Desenvolvimento da Criança Através da Brincadeira

O brincar é uma forma de linguagem própria do universo infantil, que não objetiva um produto, mas, é um processo no qual as crianças trocam entre si suas dúvidas, angústias e hipóteses sobre os mais diferentes assuntos. Desta forma, constituem uma bagagem de experiências e conhecimentos próprios. (RCNEI, 1998),

Portanto, o brincar acaba sendo de fundamental importância, para as crianças da educação Infantil, pois ajuda em sua formação de sua identidade, na memória, na capacidade de autonomia e principalmente na imaginação, onde reproduz seu cotidiano e suas relações pessoais, fortalecendo assim o processo de aprendizagem. De acordo com Rocha (2000, p.48), “ao professor cabe organizar o brincar e, para isto, é necessário que ele conheça suas particularidades seus elementos estruturais, as premissas necessárias para seu surgimento e desenvolvimento”, pois, possibilita que as mesma se expressem e construam-se como sujeitos.

Através das brincadeiras as crianças satisfazem seus desejos e explora o mundo ao seu redor de forma lúdica. De acordo com Luckesi (2000, p.96) “o lúdico “é a experiência de plenitude que ele possibilita a quem o vivencia em seus atos”. Desenvolvendo os aspectos da linguagem, do cognitivo, afetivo, social e motor. Porém é necessário analisar se há na brincadeira a possibilidade da criança desenvolver estes aspectos, sendo de fundamental importância da mediação e uma boa prática educativa planejada pelo professor, uma vez que o lúdico, enquanto recurso pedagógico, deve ser encarado de forma séria e usado de maneira correta, que leve os “meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual”.(Piaget apud MATTA & VASCONCELOS, 2001, p. 46).

Segundo o RCNEI, as brincadeiras devem ser entendidas não como simples “passatempos” para distrair os alunos, mas ao contrário, correspondem a uma profunda exigência do organismo e ocupa lugar de extraordinária importância na educação da pré-escola. Portanto, o brinquedo é muito convidativo para a criança, pois a partir dele ela brinca, se diverte e se constrói como sujeito. Mas, é preciso que o mesmo provoque desafios que estejam adequados às necessidades, interesses e capacidades de cada faixa

etária, pois a partir daí, ocorrerá um maior estímulo e trará maior benefício para o desenvolvimento infantil. (BRASIL 1998)

Todo o desenrolar com relação à importância da brincadeira para a Educação Infantil, deu-se a partir das modificações na forma de pensar a educação, que foi desenvolvida ainda durante o movimento da Escola Nova, que coloca o aluno no centro do estudo e o professor como um facilitador, que passa a interagir com os alunos, pregando-se a espontaneidade, a vivência.

Outro ponto bastante importante foram os estudos desenvolvidos pela psicologia que deram um apoio e um suporte à pedagogia precisamente durante o século XX. É a partir destes estudos que começam a ocorrer modificações na forma de pensar a educação, tanto em uma perspectiva pedagógica quanto psicológica, devido à ampliação da “Psicologia do Desenvolvimento”. Começava-se a analisar a construção do sujeito no campo educacional. Foram vários os estudiosos que se articularam a pedagogia, entre eles destacamos: Piaget na sua teoria construtivista, quanto Vygotsky na sócio-histórica, onde ambas tiveram importância no contexto educacional, mas a segunda nos permite uma maior visualização do contexto social do aluno, vindo a colaborar para a prática de ensino.

Vygotsky (1984, p. 35) afirma que:

A brincadeira cria para as crianças uma zona de desenvolvimento proximal que não é outra coisa senão a distância entre o nível atual de desenvolvimento, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de um problema, sob a orientação de um adulto, ou de um companheiro mais capaz.

Uma vez que, ele mesmo compreendia o brincar como sendo uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos. (Vygotsky, 1998).

Portanto, para a teoria sócio-histórica de Vygotsky, o brincar é fundamental na construção da criança enquanto sujeito, onde a mesma rompe os limites da realidade, experimentando e interagindo com as diversas culturas existentes tanto no convívio social quanto educacional.

3.2 As Brincadeiras e as Possíveis Representações dos Problemas Sócio-familiares

Como já foi dito anteriormente, a brincadeira é compreendida como uma prática educativa da Educação Infantil, pois, favorece o desenvolvimento e a aprendizagem. Nestas brincadeiras, as crianças acabam fazendo representações do que vivenciam em seu cotidiano, o que acaba promovendo o seu desenvolvimento sócio-cognitivo.

Portanto, o representar, trata-se de modo geral, de reproduzir algo, podendo este ser verídico de uma situação real, seja esta positiva ou negativa, ou mesmo por algo que seja fruto de sua imaginação, pois, “o representar é dar formato a experiências, permitindo que a criança interiorize o mundo, organize ideias, sentimentos e expressões que a rodeiam, ou seja, permite que ela crie”. (KISHIMOTO, 1997, p.52). Mas para que haja essa diferenciação, caberá a nós professoras interpretá-las.

Com relação ainda as brincadeiras, tanto Piaget quanto Vygotsky em seus estudos demonstraram que as crianças mantêm relações (lúdicas e reais). “Na brincadeira, aparecem tanto a ação na esfera imaginativa numa situação de faz de conta, como a criação das intenções voluntárias e as formações dos planos da vida real, constituindo-se assim, no mais alto nível do desenvolvimento pré-escolar.” (VYGOTSKY, 2007 p.117). “Nesta fase as crianças reproduzem imagens mentais, passando a usar o pensamento intuitivo e com ele irá expressar-se de forma mais comunicativa. Fazendo representações dos seguintes tipos (imitações do seu cotidiano, brincam de faz de conta e desenvolve desenhos), seu raciocínio está preso nas coisas imediatas e tudo aquilo que está em sua frente tendem a serem como sendo reais”. Piaget (apud OLIVEIRA 1998, p.91).

Portanto, as ações lúdicas, acontecem com elas quando passam a representar os personagens dos quadrinhos ou mesmo da televisão. Nesta idade, as crianças costumam imitar e dar vida às histórias. Já as ações reais, as mesmas criam inicialmente uma situação imaginária, na qual passam a representar os papéis pertencentes ao mundo dos adultos e posteriormente deixam de imitar e passam a construir novas regras, o que é importante, pois as crianças aprendem a coordenar suas ações como as dos demais.

De acordo com Machado (2003, p.37):

“Brincar é também um grande canal para o aprendizado, senão o único canal para verdadeiros processos cognitivos. [...]. Ao brincar, a criança pensa, reflete e organiza-se internamente para aprender aquilo que ela quer, precisa, necessita, está no seu momento de aprender”.

A partir do uso da brincadeira, a criança passa a desenvolver a sua linguagem e principalmente o seu psicológico, pois é algo que a criança passa a envolver-se emocionalmente, passando a interagir de forma viva e real. É o que costumamos ver em suas brincadeiras, as quais estão repletas de representações, que se diferenciam em lúdicas (quando representam as histórias que veem na televisão ou que são contadas pelos pais e pelas professoras) e as reais (quando imitam pessoas de seu cotidiano). Então podemos dizer que o sentido da representação ou imitação já é nata na criança, mesmo que ela não esteja em ambiente educacional. “[...] esse pensar se organiza em um primeiro momento por meio da imitação na presença dos objetos ou situações para aos poucos se constituir em imitação diferida, sem a presença do imitado”. (KISHIMOTO, 1997, P.52). Mais recentemente, a autora enfatiza que “a brincadeira é uma atividade que a criança começa desde seu nascimento no âmbito familiar” (KISHIMOTO 2002, p. 139).

Estas se personificam mesmo que as crianças estejam condicionadas a algum tipo de brinquedo ou jogo, pois, acabam disseminando as relações de poder como: autoritarismo, racismo, violência, machismo. Muitas vezes estes fatores podem ser reflexos do seu cotidiano sócio-familiar, o que afetará na sua capacidade de cooperação e socialização com as demais crianças, pois, a família torna-se uma referência e com ela vem toda forma de pré-concepções, uma vez que as crianças que estão em idade pré-escolar não costumam formular barreiras sobre o que representam em suas brincadeiras, nesta idade elas não possuem o discernimento de separar o lúdico do real, ou seja, não se distanciam do que está sendo vivenciado em seus lares, pois costumam expor, através da imitação, os papéis representados pelos pais ou por pessoas próximas a elas, com toda naturalidade. Um exemplo disto é quando representa sua família, as atividades desenvolvidas pelo pai e pela mãe, bem como quando se socializam com outras pessoas em suas relações cotidianas com (consultas médicas, participação em igrejas, na comunidade, etc.), “é a partir das brincadeiras que as crianças começam vivenciar as relações existentes no convívio social, a partir das dramatizações as crianças estabelecem papéis até então vivenciados apenas por adultos”. (RCNEI, 1998).

Portanto o desenvolvimento do lúdico,

“facilita a aprendizagem, desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para a saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento”. (SANTOS, 1997, p.12)

Contudo, as ações lúdicas através de jogos e brincadeiras, são muito importantes para o desenvolvimento das crianças, não sendo apenas um ato que surge naturalmente, mas é de grande valia para escola, que a partir de estratégias bem fundamentadas por professores, trará bom resultados para os anos posteriores de ensino, pois é na fase da pré-escola que as crianças estão começando a formar sua identidade, devido ao “fato de a criança, desde muito cedo, se comunicar por meio de gestos, sons, e mais tarde representar determinado papel na brincadeira, o que faz com que ela desenvolva sua imaginação”. (RCENEI, 1998, p.22)

Podemos afirmar que o espaço da brincadeira pode ajudar os educadores a observarem as experiências prévias das crianças, pois essa prática provoca momentos de tentativas de novas descobertas e criatividade destas crianças. “Na instituição de educação infantil, podem-se oferecer as crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil”. (BRASIL, 1998, p. 23). Como também se torna um meio que as educadoras e a escola tenham, sobre as influências das relações que esta criança esteja vivenciando em seu meio.

IV CAPITULO

PERCURSO METODOLOGICO DA PESQUISA

4.1 Caracterização

A pesquisa se desenvolveu a partir de nossa inserção no campo estágio III e IV, os quais se referem à Educação Infantil, momento de extrema importância para a definição da temática e para o desenvolvimento da mesma. Devido às várias observações que fizemos das relações que as crianças mantinham com seus pares, percebemos um campo fértil em nossas futuras pesquisas. O período do estágio foi compreendido na primeira etapa do dia 27 de abril a 01 de junho e a segunda etapa dos dias 10 de setembro a 19 de novembro, ambos durante o ano de 2012. A primeira deu-se em uma creche e pré-escola estadual e a posterior em uma municipal. Iniciamos as atividades de estágio conforme foram-nos solicitadas como caracterização do campo, a partir do conhecimento da estrutura física, operativa e funcional, naquela ocasião.

Para os objetivos desta pesquisa, fomos a ambas instituições, mas devido ao período de greve, porque passou as instituições municipais de campina grande não obtivemos resposta favorável à nossa presença. Foram-nos colocados vários obstáculos entre eles, que não haveria turma suficiente, pois só algumas professoras estavam repondo o período de greve referente ao ano letivo 2013 e 2014, que só começara em meados do mês de março. Então resolvemos nos deter nas análises feitas com as professoras da instituição estadual. Com base na LDB 9394/96, o processo de municipalização deveria ter ocorrido em todo país até 1999. Não são muitas, mas ainda é possível se observar o funcionamento de creches e pré-escolas, ainda vinculadas ao estado.

4.2 Sujeitos

Enquanto estivemos nesta instituição, vivenciamos um período de observação da docência na educação infantil, na turma do pré II, que compreende crianças de cinco anos. Naquela ocasião, a sala era composta por dezoito alunos, mas nem todos compareciam todos os dias, onde pudemos observar deste grupo, que cinco crianças traziam para escola os problemas sócio-familiares, como: (desemprego; o alcoolismo; o uso de drogas; marginalização, etc.), que nos foram relatados pela professora titular da

sala. As mesmas, reproduziam estes problemas em suas brincadeiras, gerando assim, as reações de agressividade entre seu pares e com as professoras, as quais colocavam-nas de castigo como forma de penalidade. Este foi um fato preponderante na definição de nossa temática de pesquisa.

Os sujeitos investigados, foram cinco professoras que classificamos por letras A, B, C, D e E como forma de manter os sujeitos no anonimato. Onde direcionamos o estudo tendo como foco o olhar das professoras, no modo como elas veem as representações sócio-familiares nas brincadeiras, pois, entendemos por elas estarem constantemente com as crianças, seriam as primeiras a reconhecerem os sinais da representação, que podem vir na representação dos papéis sociais, posições de autoritarismos e relações agressivas nas brincadeiras. A partir daí, analisamos quais seriam os meios que as mesmas passariam a utilizar para trabalhar com estas crianças e as informações que teriam para lidar com esta situação, sem que se buscasse fora da escola meios para se tentar coibir ou diminuir tais problemas.

4.3 Coleta de Dados

A orientação de nossa pesquisa se deu perante um método técnico científico que privilegiou os aspectos qualitativos. Desta forma, buscou-se um aprofundamento da realidade a ser pesquisada.

Para a realização da pesquisa, foram utilizados os seguintes instrumentos e técnicas:

- Observação participante – a partir da nossa inserção na instituição, observando a dinâmica da instituição (entrada das crianças, atendimento aos pais, os encaminhamentos burocráticos e acompanhamento nas aulas);
- Diário de campo – nosso “amigo silencioso”, importante instrumento na aquisição do registro das informações durante todo o trabalho de campo;
- Levantamento bibliográfico – sendo de grande valia para o desenvolvimento da pesquisa, auxiliando no estudo da temática por nós proposta.
- Entrevista semiestruturada – instrumento primordial da pesquisa, pois revela as informações pelo próprio sujeito da pesquisa.

4.4 Análise dos Dados

De posse do acervo de informações, passamos para o momento da análise. Encontramos algumas dificuldades, devido a distância em que os problemas foram investigado e observado e o período em que as entrevistas foram concedidas. Daí surge o desafio – se existiria alunos com os mesmos problemas e se as mesmas professoras estariam na instituição, pois na ocasião boa parte era prestadora de serviço. Obtemos uma resposta afirmativa para nossas indagações, pois ao chegarmos à instituição, percebemos que algumas ainda faziam parte do corpo docente.

V CAPITULO

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa em forma de tabelas, por propiciar uma melhor visualização entre perguntas e respostas.

QUESTÃO 1 – Referente à Formação Docente	
PROFESSORAS	RESPOSTAS
A	<i>“Superior, leciono há 25 anos, boa parte deste com o pedagógico e a pouco tempo me formei pela UVA, possuo especialização em psicopedagogia. Na instituição trabalho há dois anos, mas não tenho experiência com creche nem pré-escola”.</i>
B	<i>“Superior completo, cursando especialização em educação infantil, leciono há 14 anos e trabalho na instituição há 3 anos”.</i>
C	<i>“Superior, leciono há 26 anos e na instituição há 2 anos”.</i>
D	<i>“Curso pedagógico, leciono há 11 anos e na instituição há 8 anos”.</i>
E	<i>“Licenciatura em Letras e Pós-graduação em Psicopedagogia, leciono há 7 anos e na instituição a 1 ano e 7 meses”.</i>

Com relação à formação docente, a LDB 9394/96 trás, em seu Art. 62, que a mesma far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação e a formação mínima para o magistério será na modalidade Normal. Conforme Saviani (2011, p.16):

“O trabalho docente é condicionado pela formação resulta uma evidência lógica, assumindo o caráter consensual do enunciado de que uma boa formação se constitui em premissa necessária para o desenvolvimento de um trabalho docente qualitativamente satisfatório. Inversamente, é também consensual que uma formação precária tende a repercutir negativamente na qualidade do trabalho docente”.

Entendemos que a formação do docente ainda é uma preocupação, pois é importante que os professores tenham conhecimento de como lidar, organizar o ensino e o currículo para seus alunos. Não é de hoje que se fala de uma formação para docentes,

durante a década de 90, importantes documentos foram assinados na garantia que os futuros professores tenham uma ação propositiva, um destes é o RCNEI para educação infantil. Podemos observar que as Professoras A, B e C, possuem ensino superior em pedagogia e a Professora D, apenas o pedagógico. Elas se adéquam ao que está preconizado na LDB/96, sobre a formação docente para educação infantil, mas a Professora E, distanciou-se das demais, por não possuir uma formação adequada para lidar com crianças. Para se aproximar, a mesma precisou aperfeiçoar sua formação através de uma especialização Lato Sensu. Notamos que as três primeiras possuem maior tempo de atuação e são efetivas, já as duas últimas são prestadoras.

QUESTÃO 2 – Referente à Família e os Conflitos Atuais	
PROFESSORAS	RESPOSTAS
A	<i>“Famílias desajustadas, que é propiciado pelo desconhecimento de Deus e que não dialoga”.</i>
B	<i>“São conflitos na família, propiciados pelo o desemprego, o alcoolismo, uso de drogas, até particulares como ciúme e a traição”.</i>
C	<i>“Conflitos familiares, propiciados pela falta de religião o que gera o desemprego e leva a prostituição”.</i>
D	<i>“São problemas que desestruturam o ser humano no seu convívio social”.</i>
E	<i>“São problemas que desequilibram o ser humano no seu âmbito de convivência, propiciando problemas de ordem ética, econômica, política, social e cultural”.</i>

Percebemos nas respostas das professoras, que a família é um referencial para criança, por ser considerada um lugar de afeto, segurança e que por muitos anos perdeu um caráter de solidez, frente às adversidades da sociedade, que nos últimos anos vem apresentando-se como espaço perigoso, devido aos constantes problemas que faziam parte unicamente de uma sociedade desajustada.

As crianças são parte do grupo e suas brincadeiras expressam esse pertencimento [...] as experiências interferem em suas ações e nos significados que atribuem às pessoas, às coisas e às relações. (KRAMER, 2000, p.13)

Podemos observar que as Professoras A e C devido sua religião, vinculam os problemas enfrentados pela família como sendo ausência de Deus. Já as Professoras B, D e E, os descrevem de forma prática, como sendo um conjunto de situações que levam a essa desestruturação, ficando a parte da visão religiosa. Mas, oitenta por cento das respostas apontam que os problemas familiares são causados pelo (desemprego, uso de drogas, marginalização, prostituição).

QUESTÃO 3 – Sobre a Importância da Brincadeira Para Educação Infantil	
PROFESSORAS	RESPOSTAS
A	<i>“A criança aprende brincando e vai desenvolvendo a sua coordenação motora, a oralidade, o companheirismo entre outras coisas”.</i>
B	<i>“Através do lúdico a criança desenvolve sua coordenação motora ampla, a oralidade e a socialização”.</i>
C	<i>“A atividade lúdica é importante porque, proporciona momento de convivência social, saudável e construtiva, proporcionando o desenvolvimento integral da criança”.</i>
D	<i>“Estimula o desenvolvimento integral da criança”.</i>
E	<i>“A brincadeira estimula o desenvolvimento integral da criança”.</i>

De acordo com o (RCNEI, 1998), o brincar é uma forma de linguagem própria do universo infantil. No ato de brincar, os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparentam ser. Ao brincar, as crianças recriam e repensam os acontecimentos que lhes deram origem, sabendo que estão brincando.

A brincadeira se caracteriza por alguma estruturação e pela utilização de regras. A brincadeira é uma atividade que pode ser tanto coletiva quanto individual. Na brincadeira a existência das regras não limita a ação lúdica, a criança pode modificá-la, ausentar-se quando desejar, incluir novos membros, modificar as próprias regras, enfim existe maior liberdade de ação para as crianças. (ALMEIDA apud Silva & Santos, 2009, p.12).

As professoras externaram pensamentos próximos umas das outras, além do caráter lúdico a mesma ainda desenvolve a motricidade, a cognição e desenvolvimento integral do sujeito.

QUESTÃO 4 – Como elas identificam e diferenciam uma brincadeira que promove o crescimento do sujeito de uma que representa o que o aluno está vivenciando em seu ambiente sócio-familiar	
PROFESSORAS	RESPOSTAS
A	<i>“São as brincadeiras que envolvam objetos que as crianças estão sempre manuseando ou observando no convívio familiar, exemplo: armas, elas retratam de uma maneira ou de outra”.</i>
B	<i>“A brincadeira de casinha, de boneca, a criança representa o que vivenciam na sua casa e como ela está sendo tratada. Com carinho ou não”.</i>
C	<i>“Analisando o objetivo da brincadeira, se é saudável ou se é agressiva, retratando o que estão vivenciando em sua casa”.</i>
D	<i>“Se é lúdica ou não”</i>
E	<i>“Através dos comportamentos e atitudes, proporcionando ludicidade no ambiente escolar, para que o processo de aprendizagem seja prazeroso e transformador”.</i>

Ainda com relação à brincadeira, a mesma é compreendida como uma prática educativa da Educação Infantil, pois favorece o desenvolvimento e a aprendizagem, conforme discutimos no terceiro capítulo. Esse representar se configura como algo prejudicial, pois, as tornam agressivas, autoritárias entre outros fatores citados.

Segundo o RCNEI (1998, p.21), as interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que são submetidas.

A criança desenvolve-se pela experiência social nas interações que estabelece [...] com a experiência sócio-histórica dos adultos e do mundo [...] a brincadeira é uma atividade humana na qual as crianças são introduzidas constituindo-se um modo de assimilar e recriar a experiência sócio cultural dos alunos. (WAJSKOP, 2007, p.25).

Portanto, as atividades lúdicas propiciam às crianças diferentes sentimentos que acabam sendo demonstrados em suas brincadeiras, suas preocupações, os problemas que estejam enfrentando, pois na idade pré-escolar, as crianças têm dificuldade de transmitir através das palavras. As professoras apresentaram respostas compatíveis com o que se esperava. Transmitem em suas falas aquilo que falávamos no capítulo II e III, que as crianças representam no ambiente escolar, o que vivenciam no contexto familiar, pois, as crianças em idade pré-escolar não costumam formular barreiras sobre o que representam em suas brincadeiras, nesta idade elas não possuem o discernimento de separar o lúdico do real.

QUESTÃO 5 – Como a escola trabalha os problemas sociais	
PROFESSORAS	RESPOSTAS
A	<i>“Com palestras e temas que envolvam as questões relacionadas, na maioria das vezes a escola tem meio, pois passa a utilizar reuniões com temas relacionados”.</i>
B	<i>“A escola tenta trabalhar o diálogo com os pais, por meio de algumas palestra e reuniões”.</i>
C	<i>“A escola trabalha fazendo reuniões com os pais ou responsáveis e sempre integrando família x escola, tem meio na medida do possível, fazendo palestras com pessoas com capacitação profissional”.</i>
D	<i>“Trabalhamos de forma pedagógica temas que adéquam à faixa etária e fazemos reuniões com os responsáveis”.</i>
E	<i>“A escola trabalha de forma pedagógica, adequadas para a faixa etária da criança para contribuir com sua vida cidadã, mas, não temos meios para fazermos este trabalho porque não temos nem assistente social nem psicopedagoga, só fazemos reuniões”.</i>

Em nossa pesquisa entendemos que são vários os desafios a serem enfrentados pela educação, mas o mais desafiador tem relação com questões sócio-familiares que são trazidas pelas crianças ao espaço educacional e este tem que estar preparado para dar respostas na tentativa de coibir tais atos, para isso deve oferecer formação periódica para as professoras, uma vez que:

“A formação entendida como qualificação para o trabalho e como profissionalização, com avanços na carreira e progressão na escolaridade. Formação que implica constituição de identidade, para que professores possam narrar suas experiências e refletir sobre práticas e trajetórias, compreender a própria história, redimensionar o passado e o presente, ampliar seu saber e seu saber fazer”. (KRAMER, 2000, p.9).

Todas as professoras externaram que a escola utiliza-se de reuniões com temas relacionados e procuram aproximação com os pais e responsáveis, a partir do diálogo.

Além das dificuldades já mencionadas a serem enfrentadas pelo setor educacional, há, também, a falta de participação das famílias, sendo importante a mesma manter contato periódico em reuniões, e que não busque a escola unicamente como um meio de sobrevivência devido aos programas assistenciais do governo. O importante seria que as famílias se conscientizassem que a escola é o lugar de busca de conhecimento para vida futura. E, segundo, falta à escola cumprir com as propostas que mantêm com os professores, com políticas de atualização que possibilitem àquele que investem em suas capacitações, de participarem e de mostrarem suas experiências profissionais para um melhor convívio escolar. Desta forma, ocorrerá uma maior aproximação do contato entre família-escola, onde esta exercerá seu real papel, orientando aquelas famílias que realmente necessitem de ajuda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo foi possível observar uma evolução no tratamento dado tanto à educação quanto a criança. Essa mudança ocorreu em consequência da evolução por que passou a sociedade moderna, que marca uma nova forma de repensar a Educação Infantil, pois é a partir desta que as crianças começaram a ser tratadas como sujeitos históricos que possuem suas especificidades. Ampliou-se a circulação dos direitos a educação, onde as crianças passam há ter proteção e educação.

Em nosso país, estes direitos foram reconhecidos a partir do movimento de redemocratização nos anos 80, responsável por várias mudanças na sociedade, uma delas a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, o que acabou culminando para extensão do direito à creche, aos filhos de mães trabalhadoras, passando a ser assegurados na Constituição Federal de 1988 e se consolida na LDB/96, que inclui a creche e a pré-escola na educação infantil. Hoje, a educação infantil possui um caráter educativo, visando garantir assistência, alimentação, saúde e segurança, mas esbarra nas transformações sócio-familiares, o que gerou uma relação conflituosa entre (sociedade-família-escola), que passa a sofrer influências muitas vezes danosas para o desenvolvimento das crianças. Torna-se importante que a professora esteja alerta para algum comportamento que não seja natural da criança e que esta possa intervir e colaborar junto aos pais ou responsáveis.

A partir do olhar das professoras, compreendemos que faltam políticas educacionais voltadas para as questões familiares e sociais de forma que se busque examinar como estas interferem na aprendizagem das crianças, uma vez que, a escola deveria ser um espaço de acolhimento e de acompanhamento para as crianças que sofrem com estes problemas, mas, muitas vezes suas ações são marcadas pela negligência dos profissionais, devido o desprezo, despreparo ou incompetências, as crianças se comportam de forma agressiva com seu pares e em especial com a professoras, como forma de chamar atenção para os problemas que trazem para a escola. Fica evidente que deve haver uma capacitação por parte destas profissionais, de forma que os trabalhos desenvolvidos pelas mesmas sejam adequados. Nesta perspectiva, vale intervir não só em atividades que atendam diretamente às crianças, mas também sejam dirigidas à sensibilidade e a capacitação de professores para compreensão e apoio ao aluno.

A escola sozinha não vai eliminar tais problemas existentes na atual sociedade, mas deverá buscar ações conjuntas com outros órgãos institucionais, sendo primordial que o ambiente educacional seja um espaço acolhedor e seguro para todas as crianças e por ventura para aquelas que estejam passando por determinados problemas.

Portanto, esperamos que o presente trabalho possibilite transformações nos futuros profissionais que irão atuar na Educação Infantil, gerando mudanças na forma de ver e de tratar as crianças.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação Lúdica - técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

ARIES, Philippe. **História Social da criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BOCK, A. M. B., Furtado, O. & Teixeira, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

BORGES, Célio José. **Educação Física para o pré-escolar**. Rio de Janeiro: Sprint, 1987.

BRASIL, **Ato Institucional nº 16 de 1964**. Brasília Disponível: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1964-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>>. Acessado em 13 de agosto 2013.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988>. Acessado em: 15 de setembro de agosto.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1824**. Brasília. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1934/CON1934>. Acessado em: 15 de setembro de agosto.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394/96, de 20 dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em: 17 de agosto

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, v. 1, 1998.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacionais de Educação Infantil**. Brasília, 2006.

COSTA, Maria Cristina Vorraber. **Refletindo sobre o papel do professor**. Revista Educação. Porto Alegre, PUCRS, v.6 e v.7, 1993.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n.73. Brasília, 2001.

Escola. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Família. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FALCÃO, Juliana. **Elas não Fogem à Luta**. Disponível em <http://www.google.com.br>. (acesso em 11 de novembro 2013).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa Século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro, 2002: Nova Fronteira.

GALANO, Mônica Haydee. Mediação: uma nova mentalidade. In: OLIVEIRA, Ângela. **Mediação: métodos de resolução de controvérsias**. São Paulo: Letras, 1999. p. 102-112.

KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. 14 ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Infância, Cultura Contemporânea e Educação e Educação Contra Barbárie**. “Seminário Internacional OMEP. Infância – Educação Infantil: reflexões para o início do século”. Brasil, jul. p. 01-14. 2000.

_____. **Infância e Educação Infantil**. Campinas: Papirus, 1999.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Thomson Learning, 2002.

LUCKESI, Cipriano In. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro: 1994.

MACHADO, M. M. **O brinquedo sucata e a criança – A importância do brincar – Atividades e Materiais**. São Paulo: Loyola, 2003.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. “et al”. **Família e Serviço Social** – contribuições para o debate. In: Serviço Social e Sociedade n°55; 1ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.

MONARCHA, Carlos (org.). **Educação da Infância Brasileira 1875-1983**. Campinas: Autores Associados. 2001.

OLIVEIRA, Zilma R. de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: História das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Maria Silva Pinto de Moreira Librandi da. **Não Brinco Mais: a (des)construção do brincar no cotidiano educacional**. Iguí: Unijuí, 2000.

SANTOS, S. M. P. dos (Org.). **Brinquedoteca: O lúdico em diferentes contextos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SAVIANI, DERMIVAL. **Formação de Professores no Brasil: Dilemas e Perspectivas**. Revista: Poíesis Pedagógica - V.9, N.1 jan/jun.2011; pp.07-19. Universidade Federal de Goiás (UFG). Disponível em:

<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/15667>> Acessada em 20 de março de 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como Espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres**. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Fernanda Costa Fagundes & GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. **O Professor da Educação Infantil: Cuidar ou Ensinar? um novo olhar**. IV EDIPE – Encontro Estadual da Didática e Prática de Ensino. PUC – Goiais. 2011.

SILVA, Aline Fernandes Félix da & SANTOS, Ellen Costa Machado. **A Importância Do Brincar na Educação Infantil**. 2009. Curso de Especialização. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Disponível em: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/desafioscotidianos/arquivos/integra/integra_SILVA> Em 31 de março de 2014.

Sociedade. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SCOZ, Beatriz, Psicopedagogia e realidade escolar: **o problema escolar e de aprendizagem**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na Pré-escola**. São Paulo: Cortez, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____, **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM AS PROFESSORAS

1. Qual é sua formação, quanto tempo leciona e quanto tempo trabalha na instituição?
2. O que conhece por problemas sócio-familiar e os fatores que propiciam?
3. Qual a importância da brincadeira para educação infantil?
4. Como vocês professoras identificam e diferenciam uma brincadeira que promove o crescimento do sujeito de uma que representa o que o aluno está vivenciando em seu ambiente sócio-familiar?
5. Como a escola trabalha os problemas sociais?